

Termo de Referência 39/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
39/2024	533013-SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	THIAGO PAVAO LAMEGO	11/10/2024 12:24 (v 4.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	37/2024	59004.000602/2024-55

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual compra de **Máquinas e equipamentos para construção civil, agricultura e pesca artesanal**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Objeto/Itens	UF	Cidade de entrega	CATMAT	Unidade de Medida	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Trator agrícola 4x4, cabinado com ar condicionado e motor diesel com potência mínima de 105 cv.	MT	Cuiabá	482813	und.	5	R\$ 251.626,20	R\$ 1.258.131,00
2	Trator agrícola 4x4, cabinado com ar condicionado e motor diesel com potência mínima de 105 cv.	RR	Boa Vista	482813	und.	5	R\$ 251.626,20	R\$ 1.258.131,00
3	Trator agrícola 4x4, cabinado com ar condicionado e motor diesel com potência mínima de 105 cv.	PA	Belém	482813	und.	5	R\$ 251.626,20	R\$ 1.258.131,00
4	Trator agrícola 4x4, cabinado com ar condicionado e motor diesel com potência mínima de 105 cv.	AC	Rio Branco	482813	und.	5	R\$ 251.626,20	R\$ 1.258.131,00
5	Trator agrícola 4x4, plataforma e motor diesel com potência mínima de 85 cv.	AP	Macapá	472275	und.	5	R\$ 211.388,10	R\$ 1.056.940,50
6	Trator agrícola 4x4, plataforma e motor diesel com potência mínima de 85 cv.	PA	Belém	472275	und.	5	R\$ 211.388,10	R\$ 1.056.940,50
7	Trator agrícola 4x4, plataforma e motor diesel com potência mínima de 85 cv.	RR	Boa Vista	472275	und.	5	R\$ 211.388,10	R\$ 1.056.940,50
8	Trator agrícola 4x4, plataforma e motor diesel com potência mínima de 85 cv.	TO	Palmas	472275	und.	5	R\$ 211.388,10	R\$ 1.056.940,50
9	Grade Aradora com controle remoto com no mínimo 16 discos com	AP	Macapá	318638	und.	5	R\$ 30.144,10	R\$ 150.720,48

	diâmetro de 28 polegadas							
	Grade Aradora com controle remoto							
10	com no mínimo 16 discos com diâmetro de 28 polegadas	RR	Boa Vista	318638	und.	5	R\$ 30.144,10	R\$ 150.720,48
	Grade Aradora com controle remoto							
11	com no mínimo 16 discos com diâmetro de 28 polegadas	PA	Belém	318638	und.	5	R\$ 30.144,10	R\$ 150.720,48
	Carreta agrícola com carroceria							
12	metálica basculante, capacidade de carga 5.000 kg.	AP	Macapá	611116	und.	5	R\$ 26.293,79	R\$ 131.468,94
	Carreta agrícola com carroceria							
13	metálica basculante, capacidade de carga 5.000 kg.	PA	Belém	611116	und.	5	R\$ 26.293,79	R\$ 131.468,94
	Carreta agrícola com carroceria							
14	metálica basculante, capacidade de carga 5.000 kg.	MT	Cuiabá	611116	und.	5	R\$ 26.349,11	R\$ 131.745,54
15	roçadeira agrícola hidráulica, central e lateral, largura de corte 1.700 mm	AP	Macapá	483862	und.	5	R\$ 12.877,69	R\$ 64.388,44
16	roçadeira agrícola hidráulica, central e lateral, largura de corte 1.700 mm	PA	Belém	483862	und.	5	R\$ 12.877,69	R\$ 64.388,44
17	roçadeira agrícola hidráulica, central e lateral, largura de corte 1.700 mm	AC	Rio Branco	483862	und.	5	R\$ 12.877,69	R\$ 64.388,44
18	Escavadeira hidráulica sobre esteira, potência do motor não inferior a 130 HP	PA	Belém	455584	und.	5	R\$ 793.077,63	R\$ 3.965.388,16
19	Escavadeira hidráulica sobre esteira, potência do motor não inferior a 130 HP	RR	Boa Vista	455584	und.	5	R\$ 793.077,63	R\$ 3.965.388,16
20	Escavadeira hidráulica sobre esteira, potência do motor não inferior a 130 HP	AM	Manaus	455584	und.	5	R\$ 793.077,63	R\$ 3.965.388,16
21	Escavadeira hidráulica sobre esteira, potência do motor não inferior a 130 HP	MT	Cuiabá	455584	und.	5	R\$ 793.077,63	R\$ 3.965.388,16
22	Mini Carregadeira, potência máxima não inferior a 47 hp	AC	Rio Branco	460802	und.	5	R\$ 296.597,19	R\$ 1.482.985,95
23	Mini Carregadeira, potência máxima não inferior a 47 hp	RO	Porto Velho	460802	und.	5	R\$ 296.597,19	R\$ 1.482.985,95
24	Mini Carregadeira, potência máxima não inferior a 47 hp	MA	São Luiz	460802	und.	5	R\$ 296.597,19	R\$ 1.482.985,95
25	Mini Carregadeira, potência máxima não inferior a 47 hp	AP	Macapá	460802	und.	5	R\$ 296.597,19	R\$ 1.482.985,95
26	Rolo compactador terraplenagem	AC	Rio Branco	486483	und.	17	R\$ 591.045,67	R\$ 10.047.776,41
27	Rolo compactador terraplenagem	PA	Belém	486483	und.	5	R\$ 591.045,67	R\$ 2.955.228,35
28	Rolo compactador terraplenagem	RR	Boa Vista	486483	und.	5	R\$ 591.045,67	R\$ 2.955.228,35
29	Rolo compactador terraplenagem	TO	Palmas	486483	und.	5	R\$ 591.045,67	R\$ 2.955.228,35
30	Motor 5,5 hp com rabeta	AM	Manaus	275015	und.	1139	R\$ 1.063,36	R\$ 1.211.168,20
<b>TOTAL ESTIMADO</b>								<b>R\$ 52.218.422,29</b>

1.2. Os itens da tabela acima possuem maior detalhamento de suas especificações técnicas no Anexo I deste termo de referências e estas deverão ser consultadas para elaboração das propostas comerciais.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto nos convênios celebrados entre a Sudam e os Estados e Municípios convenientes, divulgados na plataforma Transferegov, conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.

2.3. Apenas o item 11 (motor com rabeta) terá compra direta desta SUDAM, objetivando executar o Termo de Execução Descentralizada Nº 16/2024, firmado entre o Ministério da Pesca e a autarquia (processo administrativo nº 59004.001329/2024-86). Os demais itens possibilitarão a adesão da ata pelos convenientes, ou para possível compra direta pela SUDAM em futuras aquisições.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para o julgamento da proposta, nos termos do item 4.1.3. dos Estudos Técnicos Preliminares:

a) registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido. Poderá ser dispensada a apresentação, caso o(a) Pregoeiro(a) logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao site oficial do IBAMA, devendo, neste caso, anexá-lo ao processo eletrônico. Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob pena de desclassificação da proposta;

b) LCVN – Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor, emitida pelo IBAMA, nos termos da Resolução CONAMA nº 433, de 13 de julho de 2011, publicada no D.O.U de 14 de julho de 2011, a qual estabeleceu em seu Art. 4º §3º, combinado com o Art. 7º:

Art. 4º Os motores com potência igual ou superior a 19 kW destinados às máquinas agrícolas e rodoviárias, nacionais e importados, comercializados no Brasil, devem atender aos limites máximos de emissão definidos na Tabela I do Anexo A desta Resolução e às datas estabelecidas neste artigo.

(...)

§ 3º A partir de 1º de janeiro de 2017, todos os motores destinados às máquinas agrícolas novas, em produção ou importados, com potência igual ou maior de 75 kW, devem atender aos limites da fase MAR-I de acordo com a Tabela I do Anexo A desta Resolução.

(...)

Art. 7º Somente poderão ser comercializados os modelos de máquinas agrícolas e rodoviárias, nacionais ou importados, que possuam a LCVM – Licença para Uso da Configuração de Veículo ou Motor, emitida pelo IBAMA.

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A entrega de cada equipamento adquirido será na cidade identificada na coluna "**Cidade de entrega**" da tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

5.3.1. A Contratada e a Contratante poderão ajustar a entrega no município conveniente ou outro mais próximo do que a cidade prevista na coluna "**Cidade de entrega**" da tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência, desde que haja comum acordo, não podendo ocorrer cobrança de pagamento adicional, nem prejuízo à realização da entrega técnica nos termos exigidos.

#### 5.4. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 09 (nove) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.4.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.4.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.4.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.4.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.4.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.4.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.4.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.4.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.4.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

#### **Gestor do Contrato**

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 01 (um) dia útil.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

**Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.



**Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

**Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado do item pertinente.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **Qualificação Técnica**

8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.25.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão especificar a espécie de equipamento fornecido (trator agrícola, escavadeira hidráulica, implementos agrícolas, ...), devendo constar expressamente, de forma a permitir a verificação da similaridade do bem e a compatibilidade da quantidade de fornecimento:

a) marca(s) e modelo(s) do(s) equipamento(s) fornecido(s). Será considerado similar o fornecimento de equipamento novo relativo ao item pertinente. Para os itens relativos à escavadeira hidráulica, mini carregadeira e rolo compactador, a pertinência ocorre quando comprovado o fornecimento de equipamentos de construção (máquinas pesadas). Para os itens relativos ao fornecimento de tratores, a pertinência ocorre quando comprovado o fornecimento de equipamentos agrícolas (máquinas pesadas). Para os itens relativos ao fornecimento de grade aradora, roçadeira e carreta basculante, a pertinência ocorre quando comprovado o fornecimento de implementos agrícolas. Para os itens pertinentes ao fornecimento dos motores com rabeta, a pertinência ocorre quando comprovado o fornecimento de motores para fins náutico ou agrícola;

b) a quantidade fornecida individualizada por marca/modelo de equipamento fornecido. O fornecimento será considerado compatível em quantidade se comprovada a revenda de, no mínimo, 1 (um) equipamento relativo ao item pertinente.

8.25.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.25.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.25.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 52.218.422,29

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 52.218.422,29, (cinquenta e dois milhões, duzentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos), conforme custos unitários apontados na tabela existente no item 1 (Condições gerais da contratação) deste termo de referência

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos financeiros transferidos pela União, no âmbito das transferências voluntárias, aos estados e municípios convenientes.

10.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, por se tratar de sistema de registro de preços.

10.3. Para o item motor com rabeta a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 533013- superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;
- II. Fonte de Recursos: 100;
- III. Programa de Trabalho: 58.101.20608.1031.20Y1.000;
- IV. Elemento de Despesa: 449052;
- V. Plano Interno: SNPA

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ROBERTO CARLOS SAMPAIO BARBOSA**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/10/2024 às 12:22:42.

**THIAGO DA SILVA PEIXOTO**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/10/2024 às 12:20:49.

**THIAGO PAVAO LAMEGO**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/10/2024 às 12:17:18.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Especificacoes tecnicas - TR.pdf (224.18 KB)

## **Anexo I - Especificacoes tecnicas - TR.pdf**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS  
(PROCESSO Nº 59004.000602/2024-55)

**1. TRATOR DE PNEUS COM TRAÇÃO 4X4, CABINADO COM AR-CONDICIONADO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 105 CV**

**I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:**

1. Classificação: equipamento novo e zero hora de funcionamento;
2. Ano de fabricação em curso ou posterior;
3. Motor:
  - a) ciclo diesel, 4 tempos, turbo alimentado, refrigerado à água;
  - b) potência mínima de 105 cv ou superior em até 30%; e
  - c) proteção contra superaquecimento e sobrevelocidade.
4. Sistema de transmissão sincronizada, com caixa de mudanças de 12 (doze) marchas à frente ou superior e 4 (quatro) marchas à ré ou superior. Desejável o acionamento da embreagem assistido, tipo hidráulico ou similar;
5. Barra de tração com degrau e cabeçote;
6. Sistema de controle remoto;
7. Capacidade de levante mínima de 3.800 kgf ou superior no olhal;
8. Sistema hidráulico de 3 (três) pontos;
9. Sistema TDP (Tomada de Potência) com acionamento eletro-hidráulico.

**II- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CABINE DO OPERADOR**

1. Cabine Fechada;
2. Com proteção contra tombamento padrão ROPS (*Rollover Protection Systems*);
3. Com cinto de segurança retrátil;
4. Ar-condicionado original de fábrica ou instalado por empresa homologada pelo fabricante;
5. Assento do operador anatômico, com amortecimento e suspensão ajustável ao peso do operador e apoio para os braços;
6. Dotado de isolamento acústico, que limita a 85 decibéis o ruído em seu interior;
7. Para-brisa constituído de vidro laminado;
8. Dotado de espelhos retrovisores externos;
9. Dotado de sistema de diagnóstico de falhas; e
10. Deverá possuir todos os instrumentos necessários ao monitoramento, pelo operador, das funções vitais do equipamento (temperatura, horímetro, entre outros).

**III- DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

1. Sistema elétrico de 12V ou 24V;
2. A bateria deverá ser item de produção original à luz da NBR 15296 e livre de manutenção;

3. Dotado de luz traseira de parada, lanternas de direção (2 na dianteira e 2 na traseira), faróis de trabalho (2 na dianteira e 2 na traseira);
4. Dotado de buzina, indicador sonoro e luminoso de marcha à ré;
5. Dotado de freios de serviço e de estacionamento;
6. Deverá acompanhar kit de ferramentas básico, para manutenção preventiva;
7. Pintura original do fabricante;
8. Pneus conforme fabricante;
9. Reservatório de combustível com capacidade mínima para assegurar 8 (oito) horas de autonomia;

## **2. TRATOR DE PNEUS COM TRAÇÃO 4X4, PLATAFORMADO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 85 CV**

### **I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:**

1. Classificação: equipamento novo e zero hora de funcionamento;
2. Ano de fabricação em curso ou posterior;
3. Motor:
  - a) ciclo diesel, 4 tempos, turbo alimentado, refrigerado à água;
  - b) potência mínima de 85 cv ou superior em até 30%; e
  - c) proteção contra superaquecimento e sobrevelocidades;
4. Sistema de transmissão sincronizada, com caixa de mudanças de 12 (doze) marchas à frente ou superior e 4 (quatro) marchas à ré ou superior. Desejável o acionamento da embreagem assistido, tipo hidráulico ou similar;
5. Barra de tração com degrau e cabeçote;
6. Sistema de controle remoto;
7. Capacidade de levante mínima de 3.000 kgf ou superior no olhal;
8. Sistema hidráulico de 3 (três) pontos;
9. Sistema TDP (Tomada de Potência) com acionamento eletro-hidráulico.

### **II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CABINE DO OPERADOR**

1. Cabine Fechada;
2. Com proteção contra tombamento padrão ROPS (*Rollover Protection Systems*);
3. Com cinto de segurança retrátil;
4. Ar-condicionado original de fábrica ou instalado por empresa homologada pelo fabricante;
5. Assento do operador anatômico, com amortecimento e suspensão ajustável ao peso do operador e apoio para os braços;
6. Dotado de isolamento acústico, que limita a 85 decibéis o ruído em seu interior;
7. Para-brisa constituído de vidro laminado;
8. Dotado de espelhos retrovisores externos;
9. Dotado de sistema de diagnóstico de falhas; e
10. Deverá possuir todos os instrumentos necessários ao monitoramento, pelo operador, das funções vitais do equipamento (temperatura, horímetro, entre outros).

### **III - DEMAIS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS**

1. Sistema elétrico de 12V ou 24V;
2. A bateria deverá ser item de produção original, à luz da NBR 15296 e livre de manutenção;
3. Dotado de luz traseira de parada, lanternas de direção (2 na dianteira e 2 na traseira), faróis de trabalho (2 na dianteira e 2 na traseira);
4. Dotado de buzina, indicador sonoro e luminoso de marcha à ré;
5. Dotado de freios de serviço e de estacionamento;
6. Deverá acompanhar kit de ferramentas básico, para manutenção preventiva;
7. Pintura original do fabricante;
8. Pneus conforme fabricante;
9. Reservatório de combustível com capacidade mínima para assegurar 8 (oito) horas de autonomia;



**3. GRADE ARADORA COM CONTROLE REMOTO, DE NO MÍNIMO 16 DISCOS COM DIÂMETRO DE 28 POLEGADAS**

**I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:**

- a) Estrutura: Vigas Tubulares
- b) Tipo Engate: De Arrasto
- c) Tipo Mancais: Lubrificado a Óleo

**4. CARRETA AGRÍCOLA COM CARROCERIA METÁLICA BASCULANTE, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA DE 5.000 KG**

**I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:**

- a) Tipo rodado: Tandem Aro 16 com pneus novos
- b) Pistão hidráulico: no mínimo 1 pistão com mangueiras para acionamento no trator agrícola;
- c) Caçamba basculante com chapa metálica de espessura não inferior a 3 mm.
- d) Engate: rígido

**5. ROÇADEIRA AGRÍCOLA HIDRÁULICA, CENTRAL E LATERAL, LARGURA DE CORTE DE 1.700MM**

**I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:**

- a) Tipo Engate: 3 Pontas do trator
- e) Quantidade Facas: 2 unidades
- f) Sapatas laterais com chapas substituíveis e regulagem de altura de corte
- g) Deve acompanhar eixo cardan para acoplamento na tomada de potência (TDP) do trator agrícola.

**6. ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS PARA USO GERAL, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 HP E PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 17.000 KG**

**I- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

- 1. Classificação: equipamento novo e zero hora de funcionamento;
- 2. Ano de fabricação em curso ou posterior;
- 3. Peso operacional mínimo de 17.000 kg ou superior;
- 4. Motor:
  - a) ciclo diesel, 4 tempos, turbo alimentado, refrigerado à água;
  - b) potência mínima de 130 HP ou superior em até 30 %; e
  - c) proteção contra superaquecimento e sobrevelocidade;
- 5. Caçamba de uso geral com volume mínimo de 0,4 m<sup>3</sup> ou superior, com dentes, para escavação de materiais com densidade 1,5t/m<sup>3</sup> ou superior;
- 6. Profundidade de escavação com equipamento nivelado mínima de 5,5 metros ou superior; e
- 7. Alcance de escavação com equipamento nivelado mínimo ao nível do solo de 8 metros ou superior;

**II- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CABINE DO OPERADOR**

- 1. Cabine fechada;
- 2. Com proteção contra tombamento padrão ROPS (*Rollover Protection Systems*) e proteção contra queda de pedras padrão FOPS (*Fall Object Protection System*);
- 3. Com cinto de segurança retrátil;
- 4. Ar-condicionado original de fábrica ou instalado por empresa homologada pelo fabricante;
- 5. Assento do operador anatômico, com amortecimento e suspensão ajustável ao peso do operador e apoio para os braços;
- 6. Dotado de isolamento acústico, que limite a 85 decibéis o ruído em seu interior;
- 7. Para-brisa constituído de vidro laminado;
- 8. Dotado de espelhos retrovisores externos;

9. Dotado de sistema de diagnóstico de falhas;
10. Deverá possuir todos os instrumentos necessários ao monitoramento, pelo operador, das funções vitais do equipamento (temperatura, horímetro, entre outros).

### **III- DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

1. Sistema elétrico de 12V ou 24V;
2. A bateria deverá ser item de produção original, à luz da NBR 15296 e livre de manutenção;
3. Dotado de luz para trabalho noturno;
4. Dotado de buzina, indicador sonoro e luminoso de marcha à ré;
5. Pintura original do fabricante
6. Deverá acompanhar kit de ferramentas básico, para manutenção preventiva;
7. Reservatório de combustível com capacidade mínima para assegurar 8 (oito) horas de autonomia;

## **7. MINI CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 47 HP**

### **I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:**

1. Classificação: equipamento novo e zero hora de funcionamento;
2. Ano de fabricação em curso ou posterior;
3. Peso operacional mínimo de 2.500 kg ou superior;
4. Motor:
  - a) ciclo diesel, 4 tempos, turbo alimentado e refrigerado à água;
  - b) potência mínima de 47 HP ou superior em até 30 %; e
  - c) proteção contra superaquecimento e sobrevelocidade.
5. Transmissão tipo Powershift ou Powershuttle, eletrônica, hidrostática e/ou similar;

### **II- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CABINE DO OPERADOR**

1. Cabine fechada;
2. Com proteção contra tombamento padrão ROPS (*Rollover Protection Systems*) e proteção contra queda de pedras padrão FOPS (*Fall Object Protection System*);
3. Com cinto de segurança retrátil;
4. Ar-condicionado original de fábrica ou instalado por empresa homologada pelo fabricante;
5. Assento do operador, anatômico com amortecimento e suspensão ajustável ao peso do operador e apoio para os braços;
6. Dotado de isolamento acústico, que limita a 85 decibéis o ruído em seu interior;
7. Sistema de trava de função hidráulica para movimentos no “H” e da elevação da caçamba;
8. Para-brisa constituído de vidro laminado;
9. Dotado de espelhos retrovisores externos;
10. Dotado de sistema de diagnóstico de falhas;
11. Deverá possuir os instrumentos necessários ao monitoramento, pelo operador, das funções vitais do equipamento (temperatura, horímetro etc.).

### **III- DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

1. Sistema elétrico de 12V ou 24V.
2. A bateria deverá ser item de produção original, à luz da NBR 15296, e livre de manutenção;
3. Dotado de luz traseira de parada, lanternas de direção (2 na dianteira e 2 na traseira), faróis de trabalho (2 na dianteira e 2 na traseira);
4. Dotado de buzina e indicador sonoro e luminoso de marcha à ré;
5. Dotado de freios de serviço e de estacionamento;
6. Pintura original do fabricante;

7. Deverá acompanhar kit de ferramentas básico, para manutenção preventiva;
8. Pneus conforme fabricante;
9. Reservatório de combustível com capacidade mínima para assegurar 8 (oito) horas de autonomia;

**8. ROLO COMPACTADOR LISO VIBRATÓRIO, COM CINTA CILINDRO PARA PÉ DE CARNEIRO E COM POTÊNCIA DO MOTOR MÍNIMA DE 110 HP**

**I- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

1. Classificação: equipamento novo e zero hora de funcionamento;
2. Ano de fabricação em curso ou posterior;
3. Peso operacional mínimo de 12.000 Kg ou superior
4. Motor:
  - a) ciclo diesel, 4 tempos, turbo alimentado e resfriado à água;
  - b) potência mínima de 110 HP ou superior;
  - c) proteção contra superaquecimento e sobrevelocidade;
5. Tração no eixo traseiro e no eixo dianteiro (cilindro);
6. Sistema de vibração de acionamento hidráulico com:
  - a) Frequência mínima de 30Hz ou superior;
  - b) Amplitude nominal baixa mínima de 0,8 mm ou superior;
  - c) Amplitude nominal alta mínima de 1,7 mm ou superior.
7. Velocidade de operação mínima de 8 Km/h ou superior;
8. Subida de rampa com vibração mínima de 35% ou superior;
9. Faixa de compactação com largura mínima de 2,1 metros ou superior.

**II- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CABINE DO OPERADOR**

1. Cabine fechada;
2. Com proteção contra tombamento padrão ROPS (*Rollover Protection Systems*) e proteção contra queda de pedras padrão FOPS (*Fall Object Protection System*);
3. Com cinto de segurança retrátil;
4. Ar-condicionado original de fábrica ou instalado por empresa homologada pelo fabricante;
5. Assento do operador, anatômico com amortecimento e suspensão ajustável ao peso do operador e apoio para os braços;
6. Dotado de isolamento acústico, que limite a 85 decibéis o ruído em seu interior;
7. Para-brisa constituído de vidro laminado;
8. Dotado de espelhos retrovisores externos;
9. Dotado de sistema de diagnóstico de falhas;
10. Deverá possuir todos os instrumentos necessários ao monitoramento, pelo operador, das funções vitais do equipamento (temperatura, horímetro, entre outros).

**III- DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS**

1. Equipado com cinta cilindro, para transformar o rolo liso em rolo corrugado (pé de carneiro);
2. Sistema elétrico de 12V ou 24V;
3. A bateria deverá ser item de produção original à luz da NBR 15296 e livre de manutenção;
4. Dotado de luz para trabalho noturno;
5. Deverá acompanhar kit de ferramentas básico, para manutenção preventiva;
6. Dotado de buzina, indicador sonoro e luminoso de marcha à ré;
7. Pintura original do fabricante;
8. Pneus conforme fabricante;
9. Reservatório de combustível com capacidade mínima para assegurar 8 (oito) horas de autonomia;

**9. MOTOR DE POPA ESTACIONÁRIO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 5,5 HP, ACOPLADO COM RABETA**

- a) Aplicação: Embarcação;
- b) Tipo: Partida Manual;

- c) Motor 4 tempos com refrigeração a ar;
- d) Tipo de combustível: Gasolina;
- e) Rabeta 1,5m com hélice de 3 pás;
- f) Manete com manopla emborrachada.